

SOCIEDADE ABERTA

Reforma do IRS: esperança ou pesadelo?



Domingues de Azevedo

Bastonário da
Ordem dos Técnicos
Oficiais de Contas

A forma como a vida pública tem sido considerada no nosso País lança nos cidadãos um nível de incerteza e uma espécie de fatalidade que tem gerado um estado de acomodação, deixando-nos inevitavelmente à deriva.

As feridas abertas por promessas não cumpridas e a consciência da irresponsabilidade pelas tomadas de decisão no âmbito público, leva a que tenhamos, por vezes, comportamentos que criticamos nos outros.

Quando nos aparece algo de novo ou de diferente, ficamos na dúvida sobre o resultado final. Vem isto a propósito de alguma movimentação recente no sentido de se prometer exatamente o contrário daquilo que até hoje se tem vindo a fazer. A comunicação social deu relevo às palavras da ministra de Estado e das Finanças, Maria Luís Albuquerque afirmou, no Parlamento, que ainda no decurso deste ano, se iria constituir uma comissão para proceder à reforma do IRS.

Para além da possibilidade de render votos em 2015, ano de eleições legislativas, não obstante a sua total descaracterização em relação à sua conceção inicial, em 1989, não descartino condições financeiras ou políticas para devolver ao imposto a função social para que ele, não menosprezando a sua vocação de captação de receitas, foi concebido.

Com efeito, com a eliminação das deduções ou a sua significativa redução, um imposto que pretendia criar alguma justiça fiscal, acaba por ser um imposto que faz o contrário. Está mais que provado, não só pela doutrina, mas também pela prática, que qualquer imposto sobre o rendimento que não atenda à situação concreta em que se gera, não individualizando a vida real do seu pagador, não é um tributo que assente na real capacidade contributiva dos cidadãos, mas sim um mero fantasma tributário.

As alterações recentes introduzidas no IRS e a sua rápida descaracterização como um imposto humanizado e individualizado no âmbito da cédula do agregado familiar têm tido por justificação as dificuldades económicas do País. Ninguém de bom senso as discute ou critica, mas importa advertir para a falta de equilíbrio no esforço pedido às diversas fontes de rendimento, gerando-se privilégios de umas em relação a outras.

A recente experiência do que se passou com o IRC, em que, manifestamente, se aumenta a tributação das PME, para, pelas mais diversas formas, diminuir a tributação dos grandes grupos económicos, é um caminho que não deve ser seguido na pretendida reforma do IRS.

A reforma de um imposto que interfere diretamente na vida dos cidadãos não pode, nem deve, ser conduzida num período tão curto como aquele que se verificou com o IRC. São necessárias simulações, ensaios e experiências prévias.

A proximidade de eleições pode ser importante condicionante. No lugar de se tentar encontrar maior justiça social poderemos assistir a uma reforma com objetivos políticos.

A não existirem cuidados e, tendo em conta a experiência, não só do presente, mas também do passado recente, gera-se enorme dúvida sobre se devemos entender as palavras da ministra de Estado e das Finanças como esperança para algo melhor, ou como um pesadelo ainda maior do que aquele em que já vivemos. ■

Artigo redigido segundo o novo
Acordo Ortográfico